

Sentidos do Neoliberalismo: Justiça Fiscal na pauta das Políticas Públicas e a disputa política em torno da Isenção do Imposto de Renda.

Thomaz José Portugal Coelho e Santos<sup>1</sup>

A decisão do Governo Federal em isentar do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais tem por objetivo cumprir uma promessa eleitoral. A referida Política Pública se apresenta como alternativa à regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, realizando assim uma importante política redistributiva. Objetivando causar impacto positivo na massa trabalhadora brasileira, com perspectiva de realizar a Justiça Fiscal e promover aumento no consumo das famílias. Contudo o que buscamos compreender são as disputas em torno da Política Pública, ou como Pierre Muller entende como referenciais, os conjuntos de valores e crenças que orientam as decisões dos governos e influenciam a avaliação. Temos em discussão do que seria Justiça Fiscal a partir desse referencial, aqui especificamente liberal onde se pensa a liberdade econômica e o crescimento econômico. Outro referencial progressista onde a redistribuição de renda e o financiamento dos serviços públicos essenciais. Identificamos assim que o conceito de Justiça Social não é fixo e que as políticas fiscais não são neutras, refletindo as disputas entre mercado, sociedade e esferas de poder.

---

<sup>1</sup> Professor Universitário; Bacharel em Direito, mestre e doutorando em Sociologia pelo PPGSP IUPERJ/UCAM.